

## Os EUA como Hamlet\*

*Marcos Prado Troyjo\*\**

Poucos analistas do cenário internacional deixariam de reconhecer que vivemos num mundo "unipolar". Com o esgotamento da União Soviética, há dez anos, os Estados Unidos foram "abandonados" na condição de única superpotência operacional do planeta e o referencial mais nítido de política externa para Washington foi perdido. No marco do primeiro aniversário do 11 de setembro, apesar da unanimidade quanto ao combate ao terrorismo internacional, os signos externos são muito mais complexos. Os EUA, mais do que nunca, são um gigante em dúvida existencial. A meditação sobre um hamletiano "ser ou não ser", contudo, é ainda mais profunda do que a que se impunha ao príncipe dinamarquês. Ora se apresentam à diplomacia dos EUA as opções de "ser assim", "ser assado" ou "não ser".

Antes de serem alçados à condição de bastião do mundo ocidental com o segundo pós-guerra, as opções de política externa eram claras para os EUA.

Ladeados por vizinhos geopoliticamente frágeis e dois mares-oceanos, cabia prestar atenção aos desequilíbrios de poder na Europa. Distantes da fonte de males do Velho Mundo, foram capazes de produzir seu extraordinário florescimento econômico interno durante o século 19. Historicamente, para os EUA, "isolamento foi desenvolvimento". A própria participação na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial reflete essa idéia da manutenção do equilíbrio europeu como objetivo dos EUA. Uma vez restabelecida a balança de poder na Europa, os EUA "voltaram aos EUA", demonstrando sua baixa vocação internacionalista. No entanto, com o diagnóstico de Churchill - a cortina de ferro - ao final dos anos 40 e a deflagração da ordem bipolar, os EUA tiveram de "se inventar" como potência planetária e "ficar" no mundo. A guerra fria nada mais foi do que a história de tal permanência.

Hoje em dia, "ser assim" significa a prevalência na configuração da política externa norte-americana das chamadas "teses sistêmicas". Os EUA se conformariam plenamente ao direito internacional tal como estabelecido e disseminado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Limitariam suas intervenções no campo da paz e segurança ao rito que prescrevem as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Tomariam a frente de uma reforma do conselho, seja em termos horizontais (com o aumento de assentos permanentes) ou verticais (com o incremento das atribuições). Trabalhariam por uma convenção abrangente sobre terrorismo internacional ao abrigo da ONU, liderando seu robustecimento orçamentário. Ratificariam o Tribunal Penal Internacional e se tornariam parte integrante e construtiva das metas de Kyoto. Promoveriam uma "atualização" das instituições de Bretton Woods.

Reforçariam a Organização Mundial do Comércio (OMC), assumindo papel de liderança no seguimento da agenda de Doha. Estes seriam os EUA projetados pelo sonho multilateral do presidente Woodrow Wilson.

"Ser assado" implica uma diplomacia híbrida. Onde o interesse é menor, como nos conflitos intestinos na África, se reconhece o papel da ONU, porém se faz dela apenas uso seletivo. Quando o assunto é Europa (Balcãs, por exemplo), então o veículo preferencial é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Fortalecem-se as alianças bilaterais estratégicas:

Brasil e Argentina no Atlântico Sul, Japão na Ásia, Israel no Oriente Médio e Reino Unido em todo o mundo. Caso a resistência às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) se mostrasse exacerbada, os EUA abririam um "documento de adesão" para a criação de um espaço hemisférico de livre comércio. Tal texto não seria o resultado de conversas plurilaterais, mas um documento do tipo "pegar ou largar". Mais do que questões de princípio, este "ser assado" da diplomacia híbrida se moveria ao sabor dos reflexos da opinião pública norte-americana. Este parece ter sido o padrão dominante durante a administração de Bill Clinton. Engajamento com o selo da Otan na ex-Iugoslávia, isenção via ONU no caso dos conflitos

africanos e do Timor Leste, tratados de adesão como o Acordo de Tecnologias da Informação no âmbito da OMC.

"Não ser" representa a acentuação da dinâmica da "superpotência solitária", como argumenta Samuel Huntington. Esta opção retomaria a tradição de isolacionismo dos EUA e seu descaso pelo sistema multilateral. A ONU seria relegada definitivamente ao ocaso e a OMC, ao mero papel de "think-tank" de teses de liberalização comercial. Caberia combater as novas ameaças à sua hegemonia, como o terrorismo da Al -Qaeda, pela ação unilateral. Cumpriria sublinhar a excepcionalidade da posição dos EUA no mundo, como argumenta o ultra-conservador Jesse Helms, e firmar os alicerces do Pax Americana. O império não se insere numa ordem internacional. Ele é a ordem internacional.

Em lugar da diplomacia de engajamento, que marcou a presença dos EUA no mundo durante a guerra fria, uma "política externa a distância".

Este "império remoto" seria amparado por instrumentos tão diversos quanto as modernas tecnologias sensíveis, medidas protecionistas unilaterais, meios de comunicação e escudos sofisticados de defesa contra mísseis balísticos. Tal via solitária parece prevalecer hoje. No campo econômico, manifesta-se nitidamente na incongruência entre discurso e ação quanto ao livre comércio.

No campo estratégico, ainda que legitimados pelo artigo 51 da Carta da ONU, que assegura o direito à autodefesa, é como se o 11 de setembro tivesse oferecido o argumento moral para que, a despeito do sistema coletivo de segurança, os EUA "possam fazer a coisa a seu modo".

A um tempo, a atual configuração da diplomacia dos EUA sugere um modelo que, por um lado, combina traços de desengajamento e isolacionismo e, por outro, credenciais militares, econômicas e culturais que caracterizam um império. A idéia de direito sustenta a opção multilateral; a noção de oportunidade sugere a alternativa híbrida; a interpretação realista de poder e responsabilidade marca o perfil do "império remoto". Este conjunto de alternativas implica contradições - e estas também assolavam o príncipe dinamarquês. O certo é que o Hamlet norte-americano ainda não se decidiu plenamente por nenhuma das opções. E de tal escolha a história contemporânea dependerá para que, ao contrário do teatro de Shakespeare, a trama não se converta em tragédia.

\* Este artigo foi originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo*, 11.9.2002.

\*\* Marcos Prado Troyjo é Diretor de Integração do Fórum das Américas e Vice-Presidente para Assuntos Corporativos do Grupo Brasilinvest.